

Conteúdo programático de prática processual - 9º semestre

1. Prática Processual Administrativa

1.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Em concurso realizado na vigência da Emenda Constitucional nº 20/98, Joel foi aprovado para desempenhar serviços notariais e de registro, vindo a ser nomeado tabelião de notas de serventia extrajudicial, no Estado Alfa. Ao completar setenta e cinco anos de idade, em maio de 2018, Joel foi aposentado compulsoriamente pelo regime próprio de previdência do ente federativo em questão, contra a sua vontade, sob o motivo de que havia atingido a idade limite para atuar junto à Administração Pública, nos termos da CRFB/88. Joel, em razão da aposentação compulsória, sentindo-se violado nos seus direitos de personalidade, entrou em depressão profunda em menos de dois meses. O quadro tornou-se ainda mais grave devido à grande perda patrimonial, considerando que os proventos de inativo são bem inferiores ao valor do faturamento mensal do cartório. Seis meses após a decisão que declarou “vacante” a sua delegação junto a específico cartório de notas, e o deu por aposentado, Joel procura você, como advogado(a), para tomar as providências pertinentes à defesa de seus interesses. Menciona que sua pretensão seria voltar à atividade e ser reparado por todos os danos sofridos. Redija a peça processual adequada para a plena defesa dos interesses de Joel, mediante o apontamento de todos os argumentos pertinentes.

➔ A medida cabível é a petição inicial de ação anulatória do ato de aposentadoria de Joel, com a reintegração na função delegada, bem como indenização pelo período do afastamento ilegal e por danos morais, *com pedido de liminar*.

2. Prática Processual Civil

2.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Em 30/6/2019, Tício ajuizou, com fundamento no Art. 700 e seguintes do Código de Processo Civil, ação monitória contra Mévio, visando satisfazer crédito no valor de R\$ 100.000,00, oriundo de confissão de dívida celebrada pelas partes, em 01/01/2014. Após ser devidamente citado, Mévio opôs embargos monitórios, nos quais sustentou, preliminarmente, a prescrição da dívida. No mérito, defendeu, com base em farta prova documental, que tinha realizado o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do crédito cobrado por Tício, razão pela qual haveria excesso na

execução. Após a apresentação de réplica, o MM. Juízo da Vara Cível do Forum Regional da Lapa proferiu decisão na qual rejeitou a preliminar de prescrição arguida por Rafael e intimou as partes a se manifestarem sobre quais provas pretendiam produzir. Com base nesse cenário, responda aos itens a seguir.

- A) O MM. Juízo da Vara Cível da Comarca Regional da Lapa acertou em rejeitar a preliminar arguida em contestação?
- B) Qual é o recurso cabível contra a parcela da decisão que rejeitou a preliminar de prescrição?
- C) Elabore o recurso.

3. Prática direito Processo Penal

3.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Analise o seguinte caso: “Josué reside em companhia de seu tio Geraldo, vivendo sob sua dependência. Geraldo é vítima de furto de alta monta e a polícia ao investigar descobre o autor na pessoa de Josué e que contra a vontade de Geraldo, é indiciado em inquérito policial. Remetidos os autos do inquérito a juízo, Josué é denunciado, não aceitou a suspensão condicional do processo e ao final foi condenado mesmo sem existir provas suficientes para a condenação. A decisão transitou em julgado para o Ministério Público”. Está aberto prazo para a interposição de recurso de apelação pela defesa. Na qualidade de advogado de Josué, elabore a peça adequada desenvolva a tese a ser sustentada no mencionado recurso.

4. Atividades externas

- ☐ Assistir 03 (três) audiências de instrução e julgamento, da **Justiça Comum Civil**, pelo site <https://audienciasonline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades externas e anexar o **comprovante**.
- ☐ Assistir a 02 (duas) sessões de julgamento no **Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal**, cuja lide envolva **Direito Civil e Processo Civil**, mediante preenchimento de relatório, contendo, se possível o número do processo.

5. Estágio 40 horas

☐ Estágio no Núcleo de Prática Jurídica, mediante preenchimento de relatórios, ou comprovação de realização de Estágio externo por meio de Termo de compromisso de estágio ou declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil).

Ou

☐ **Alternativa para os alunos que não podem cumprir 40 horas de estágio.**

O aluno deverá responder as 3 questões/problemas abaixo de acordo com o solicitado em cada uma delas.

1) Travertino Rocha foi vencedor em certa ação que lhe resultou em crédito de R\$5.000,00. Agora pretende ele obter o pagamento deste montante frente ao devedor, Otavino Medalha. Como advogado de Travertino promova a medida correta para que ocorra o pagamento almejado.

2) No início de um ano eleitoral, o Congresso Nacional aprovou e promulgou uma emenda constitucional suprimindo a alínea “a” do inciso II do §1º do art. 14 da Constituição e alterando o §2º do mesmo dispositivo, que passaria a ter a seguinte redação: “Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros, os analfabetos e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.” Ocorre que, no intervalo entre o primeiro e o segundo turno de votação da proposta (PEC) no Senado Federal, o Presidente da República havia decretado intervenção federal num determinado Estado da federação. Diante da dúvida generalizada a respeito do direito de voto dos analfabetos na eleição que ocorreria naquele ano, o Procurador-Geral da República houve por bem ajuizar ADI contra a referida emenda constitucional. A esse respeito, responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso. a) Uma emenda constitucional pode ser objeto de ADI? b) Há inconstitucionalidade formal ou material na emenda em questão?

3) Sebastian Coe foi informado de que órgãos de inteligência governamentais possuem arquivos com registros de suas atividades cívicas. Curioso quanto ao seu conteúdo, requer o imediato acesso aos registros. A autoridade competente indefere, aduzindo ser segredo de Estado. Nos termos da Constituição Federal elabore o instrumento de controle judicial passível de utilização ao caso concreto.